

# Nivelando por Baixo

A fúria intervencionista é apresentada mais uma vez como uma solução para o problema da educação no Brasil. Ante a perspectiva ou a realidade de aumentos nas escolas particulares, há uma romaria a Brasília pedindo a volta da intervenção, o fim da "liberdade vigiada".

É um entre muitos sintomas da baixíssima prioridade que a sociedade brasileira continua a dedicar à educação. O Estado centralizador tem falhado em quase tudo neste país; mas é ao MEC, em Brasília, que se vai pedir *solução* para o preço das escolas particulares em todo o país. *Solução* que o MEC, evidentemente, não pode dar — a não ser que seja a mágica tola que levou o Plano Cruzado ao que se viu.

Aplicado à educação, o intervencionismo estatal é um monstrengo maior que outros monstrenhos. Se um país, uma sociedade, não pode ter esquemas diferenciados de educação, já nada mais nos separa da mentalidade totalitária.

O mais estranho é que a cobrança omite exatamente o que deveria ser um dever específico do Estado: fornecer uma rede oficial de ensino — gratuito — pelo menos razoável, à qual pudessem recorrer os que não têm como pagar a escola particular.

Essa rede talvez tenha existido em outros tempos; mas também caiu aos pedaços por conta da fúria centralizadora que dominou o país nas últimas décadas.

Este foi um dos problemas vigorosamente enfocados na reunião do Conselho de Reitores (CRUB) realizada em Florianópolis. Neste e em outros terrenos, a reunião foi marcada pela denúncia do que o centralismo está causando ao sistema educacional brasileiro. Em termos de ensino básico, expôs-se convincentemente a necessidade de caminhar para um modelo municipalista.

Pode haver dificuldades nesse caminho: os municípios brasileiros diferem infinitamente entre si; mas a via municipalista é um modo de interessar a comunidade no problema da educação.

Não há outro caminho viável. As redes estaduais de ensino também são gigantescas; também estão distantes das realidades locais; e o resultado disso é a inexistência de cobrança (espelho do que acontece na política com o voto proporcional em lugar do distrital). A comunidade, no Brasil, não se interessa — ou não se interessou até agora — pela educação; e não se interessará enquanto o assunto não for de alçada local. Quando passar a ser, será mais fácil cuidar da conservação das escolas; de problemas como o da ausência de professores, etc.

Este também é um modo de desafiar a

comunidade a pensar em seus próprios assuntos — de que a educação deveria ser um dos primeiros. O contrário disso é a atitude paranoica de correr para Brasília cada vez que surge uma dificuldade neste ou naquele terreno. Quem conhece a estrutura da secretaria de 1º e 2º graus do MEC sabe que ela é tão inviável quanto o labirinto de Creta. Mas ainda se recorre ao MEC para reclamar do ensino particular — quando o ensino público, dever do Estado, é uma calamitosa ficção.

O outro aspecto da questão é mais diretamente pecuniário. Parece constituir uma das ficções da sociedade brasileira a idéia de que possa haver ensino bom e barato — sobretudo no que se refere à rede de ensino particular. Isso também tem a ver com a baixíssima prioridade que continuamos a dedicar à educação. Os salários dos professores, na rede particular, são um reflexo disso: continua-se a pagar muito mal a quem trabalha com educação, porque a sociedade brasileira continua a achar que a educação não é um assunto fundamental.

Talvez tenha razão, parcialmente: o exemplo que se tem diariamente diante dos olhos não é o do triunfo dos *educados*; continua a haver muito espaço para a progressão dos *espertos*. Numa sociedade onde o *bicheiro* é figura ascendente, valorizado pelos meios de comunicação de massa, onde está o estímulo para progredir pelo estudo e pela dedicação ao trabalho?

E o que restou da nossa terrível ideologia da *esperteza* — herança de um Brasil antigo onde tudo tinha de ser conseguido através de expedientes.

O Brasil mudou — ao menos quantitativamente. Até segunda ordem, é a décima economia do mundo; e, em alguns setores, depende desesperadamente de pessoas competentes. E competência significa formação cultural, educação.

Mas a educação ainda custa a se transformar num objetivo nacional. A política oficial para o setor é absolutamente errática, o que se reflete matematicamente nas constantes trocas de ministro. E a sociedade também não ajuda: só se mobiliza passionalmente em relação ao assunto. Não para para pensar, para saber em profundidade o que reivindicar.

Entra-se então num clima de "salve-se quem puder", onde a palavra mágica volta a ser "congelamento". É um modo de adiar indefinidamente o problema. E, nesse clima, nem as escolas sérias têm estímulo para continuar, ou para perseguir padrões mais elevados de atuação. A tendência é a do nivelamento por baixo; e nivelar por baixo significa condenar o país à mediocridade.